



# Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

19ª Edição – Brasília, 30/7/2020

## Mudanças no tabuleiro I Movimentações partidárias e os seus impactos políticos



O anúncio da formação de um novo bloco parlamentar de Centro, liderado por DEM, MDB e PSDB, deve movimentar sobremaneira o cenário político nacional nas próximas semanas e meses, inclusive com possíveis reflexos na eleição do próximo presidente da Câmara, no início de 2021. As tratativas sobre a unificação da reforma tributária, o possível retorno das atividades das comissões permanentes e as novas mudanças na equipe econômica de Paulo Guedes também foram destaques da agenda política e devem ser observados com atenção. Como esses fatores podem influenciar a agenda de prioridades do cooperativismo? Confira a seguir.

**Um novo Centrão?** Nesta segunda-feira (27/7), um importante capítulo para a escolha do novo presidente da Câmara foi dado com o rompimento formal do MDB e do DEM com o bloco do Centrão. Os partidos buscam a aproximação com outras legendas independentes, como o PSDB, o Podemos e o Cidadania, para a formação de uma bancada com mais de 100 parlamentares, capaz de fazer frente aos deputados Arthur Lira (PP) e Marcos Pereira (Republicanos), fortes aliados do governo Bolsonaro e pré-candidatos à Presidência da Casa pelos partidos de Centro. Em movimento análogo, o presidente do PSL, Luciano Bivar, anunciou a intenção de instituir um novo bloco formado com parlamentares do PTB, Pros, PSC e Solidariedade, este formado por pouco mais de 70 deputados. Enquanto que o bloco DEM-MDB-PSDB indica uma ameaça real ao plano do governo de assumir o controle da Câmara, o bloco bivarista busca poder de barganha para apoio junto ao governo.

**Disputa acirrada e aberta.** Apenas como um exercício imaginativo de como esse movimento de separação do Centrão pode interferir na votação à Presidência da Câmara, fizemos uma simulação de como seria a votação hoje havendo dois candidatos, um oriundo da nova composição do Centrão e com apoio de Bolsonaro e outro com apoio do novo bloco do DEM-MDB-PSDB, com apoio de Rodrigo Maia. No atual momento, o bloco formado pelo PSL bivarista, PTV e outros partidos seria o grande fiel da balança da disputa.

Bloco Partidário	Tendência de Votos	N	%
Candidato do Centrão / Governista	Bloco PP, PL, PSD, Republicanos, outros (160) Bloco PSL bivarista, PTB e outros (72) Governo (PSL bolsonarista) (26) Novo (8)	266	51,9%
Candidato do DEM, MDB, PSDB	Bloco DEM, MDB, PSDB e outros (112) Bloco PT, Psol e PCdoB (71) Bloco PSB, PDT e Rede (60) PV (4)	247	48,1%

Elaborado por Gerin/OCB



# Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

19ª Edição – Brasília, 30/7/2020

Outro fator que pode mudar totalmente os rumos da disputa diz respeito à [possível candidatura de Aguinaldo Ribeiro \(PP\)](#), com apoio de Rodrigo Maia. O deputado tem se cacifado como líder da maioria e relator da Reforma Tributária na Câmara. Com a efetivação da sua candidatura em substituição a Arthur Lira, o PP, terceiro partido com maior número de cadeiras na Casa, mudaria os eixos da eleição, dando uma vantagem confortável para o bloco de apoio do DEM-MDB-PSDB. Alguns nomes que correm por fora na disputa são Baleia Rossi (MDB), Fábio Ramalho (MDB) e Capitão Augusto (PL), dentre outros. Cabe lembrar que este é apenas um modelo prévio para visualizarmos a complexidade da disputa no cenário político atual, com a ressalva de que muitas movimentações partidárias e de contexto político serão efetivadas até a data da eleição.

**O que muda na prática.** O principal fator de relevância para a mudança na composição do Centrão neste momento diz respeito ao controle da agenda legislativa. Como vimos em edições anteriores do boletim, mesmo com a busca uma base consolidada, por meio da aproximação com os partidos de Centro nos últimos meses, inclusive com mais de 700 indicações partidárias para cargos no Executivo federal, o [governo não conseguiu imprimir sua agenda de forma efetiva na pauta de decisões legislativas](#), como nos casos da PEC do Fundeb, do repasses de recursos emergenciais a Estados e Municípios e do Auxílio Emergencial, onde teve que ceder para as propostas do Congresso. Das 70 medidas provisórias encaminhadas pelo governo desde o início da pandemia, mais de 20 ainda necessitam ser votadas antes que percam a eficácia. Mesmo entre as medidas já votadas, em muitos casos, o governo precisou usar o poder de veto, causando desconforto com a sua própria base de parlamentares, como no caso dos vetos da desoneração e de dispositivos do novo Marco Legal do Saneamento Básico. Assim, a nova configuração do Centrão representa, em curto e médio prazo, a [manutenção do protagonismo do Congresso Nacional na tomada de decisões](#) legislativas sobre as principais políticas públicas governamentais. Indica, ainda, um aumento da pressão sobre o deputado Vitor Hugo, líder do governo na Câmara, e sobre o generais Braga Netto e Luiz Eduardo Ramos, hoje responsáveis pela articulação do Executivo com o Parlamento. Por outro lado, o [cenário de risco de impeachment pouco é afetado](#), uma vez que este vai depender muito mais da popularidade presidencial, que voltou a crescer nos últimos meses.

## PRINCIPAIS PERSPECTIVAS PARA A PRESIDÊNCIA DA CÂMARA EM 2021

	Status atual	Perspectiva 2021 Rodrigo Maia	Perspectiva 2021 Bolsonaro
Presidência - CD	Rodrigo Maia	Aguinaldo Ribeiro (PP) ou Baleia Rossi (MDB)	Arthur Lira (PP) ou Marcos Pereira (Rep.)
Núcleo de decisões	Centrão	DEM, MDB e PSDB	PSL (bolsonarista), PP, PSD, PL e Republicanos
Controle da pauta	Congresso	Congresso	Governo
Apoio do Centro	Pautas liberais	Pautas liberais	Pautas liberais e de valores
Risco de impeachment	Muito baixo (apenas em caso de graves denúncias e queda de popularidade)	Muito baixo (apenas em caso de graves denúncias e queda de popularidade)	Praticamente nulo

Elaborado por Gerin/OCB



# Análise Política

Cenários frente à pandemia da Covid-19

19ª Edição – Brasília, 30/7/2020

**E no Senado?** Ainda pouco se houve nos bastidores a respeito da disputa pela Presidência do Senado Federal. Isso porque o atual presidente, senador Davi Alcolumbre, parece ainda buscar meios de se manter no cargo. Para tanto, seria necessária uma [mudança na Constituição Federal](#) para prever a reeleição no Senado, por meio de uma PEC, ou a partir de um [parecer jurídico referendado pelo Supremo Tribunal Federal](#). No entanto, ambas as possibilidades possuem bastante dificuldade de terem viabilidade política. Outros senadores, como os emedebistas Eduardo Braga, líder da bancada; Eduardo Gomes, líder do governo; e Simone Tabet, presidente da Comissão de Justiça; aparecem como possíveis candidatos ao cargo.

**Quando voltam as Comissões?** A apresentação da primeira fase da proposta de Reforma Tributária do governo teve como consequência imediata o reinício das atividades da Comissão Especial que discute o tema. Porém, não se sabe se o mesmo acontecerá com as comissões permanentes da Câmara e do Senado. Há quem considere, nas lideranças partidárias, que seja difícil que as mesmas retornem até o final ano, mesmo que de forma remota. Isso se deve, principalmente, por dois motivos: pela pandemia, que implicaria um [foco exclusivo dos parlamentares às medidas de combate à Covid-19](#); e por ocasião das [eleições municipais de 2020](#), momento no qual deputados e senadores focam no fortalecimento de suas bases.

**Implicações.** Diferentemente da Câmara, onde as comissões permanentes sequer foram instaladas, no Senado Federal, a pressão pelo retorno das atividades das comissões tem sido muito grande. Isso se deve pelo fato de que os mandatos de presidente e vice-presidente das comissões do Senado têm vigência de dois anos. Assim, para os parlamentares que presidem uma comissão relevante, como no caso de Constituição e Justiça, que tem a senadora Simone Tebet coordenando as atividades desde 2019, a pandemia representou a perda de quase um ano à frente do órgão. Para a senadora, em especial, esse período teria bastante valor para [alavancar sua candidatura](#) à Presidência do Senado. Porém, o fator que chama mais a atenção tem a ver com a [concentração ainda maior do poder decisão dos líderes partidários](#), com prerrogativas de controle das prioridades e dos posicionamentos em plenário. Isso se confirma se olharmos o número total de proposições que foram aprovadas de forma conclusiva pelas comissões da Câmara ou de forma terminativa, pelo Senado. Em 2019, por exemplo, esse número representou 79% do total de proposições aprovadas na Câmara.

Anos	Proposições aprovadas no Plenário da Câmara	Proposições aprovadas em caráter conclusivo - comissões da Câmara	% Comissões
2016	120	150	55,6%
2017	176	287	62%
2018	157	220	58,4%
2019	123	464	79%
2020	106	0	0
Total	682	1121	62,2%

[Link para números da semana e edições anteriores.](#)